

O DIREITO AO MANEJO DOS PRÓPRIOS DADOS, A AUTODETERMINAÇÃO E A PASSABILIDADE TRANS: DIÁLOGOS A PARTIR DE UM RELATO

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

Universidade Federal da Bahia; E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com

Resumo

As tecnologias de comunicação digital estão tornando a informação mais acessível para cidadania em processos que estão transformando as relações. Para pessoas trans, essas lhes permitem encontrar espaços nos quais podem compartilhar suas vivências e gerar debates importantes sobre como representar-se e pensar a si mesmas. Por outro lado, aspectos inerentes à vivência online – condições como persistência dos conteúdos, replicabilidade, escalabilidade e buscabilidade, bem como sua dinâmica com audiência invisível, contextos colapsados e a fluidez entre o público e o privado – impedem que alguns sujeitos trans que optam por não revelar aspectos de seu passado anteriores a transição tenham o controle sobre o manejo de dados digitais. A partir do relato de uma mulher trans, se articulam diálogos teóricos com a finalidade de criar aproximações entre debates acerca da privacidade online e as questões trans, a passabilidade e a autodeterminação nos espaços mediatizados, ou seja, procura entender as implicações das tecnologias digitais no conceito de passabilidade por meio da vivência de pessoas trans. A *passabilidade*, conforme de Marta Lamas, é entendida como característica de sujeitos conseguirem apagar ao máximo seu sexo imposto ao nascer e colocar em si características sociais da identificação de sexo que deseja ser reconhecido. É uma ação que aponta para produção social do gênero quando tais sujeitos trabalham sua imagem e sua gestualidade para dissimular aspectos de sua condição trans como estratégia de sobrevivência ao rechaço e à discriminação. Trata-se, assim, da questão do direito a desindexar dados dos resultados de provedores de busca e de redes sociais online, da co-propriedade da informação e da co-gestão dos limites da privacidade.

Palavras-chave: trans, passabilidade, privacidade, sociabilidades digitais, cibercultura.

Introdução

Em 2014, Anastacia¹ me contatou pelo seu novo perfil do Facebook (após apagar o anterior), através do Messenger, pedindo para que apagasse todos os textos, fotos e vídeos em várias plataformas digitais e blog que faziam referência a ela nos quais ainda era vista como um menino. Conheci Anastacia antes do início de sua transição, ela era um rapaz andrógino, e aos poucos foi constituindo seu corpo e sua subjetividade feminina. Pude acompanhar esse processo dando lhe algum suporte. Entretanto, como no caso de muitos sujeitos trans, Anastacia não recebeu apoio da família e sofreu com o rechaço social de pessoas que a conheciam antes dos procedimentos de

¹ Nome fictício a pedido da entrevistada.

transição. Por isso, mudou-se para uma cidadezinha do interior, casou-se com um rapaz de lá e passou a viver como uma mulher cissexual².

Portanto, este trabalho se justifica em parte pelas implicações de relações interpessoais com sujeitos trans e o processo de pesquisa do autor. A atitude de Anastacia se justifica se levarmos em conta que os sujeitos trans são extremamente vulneráveis à violência no Brasil, já que somos um dos países do mundo em que os homicídios a esses sujeitos possuem alta taxa de ocorrência³.

Esta pesquisa surge a partir dessa conversa inicial exploratória com a vivência trans de Anastacia e com alguns textos dos estudos trans acerca da questão da *passabilidade* (“to pass”, em inglês) (STRYKE, 2015, LAMAS, 2014, DUQUE, 2017). A *passabilidade* (de “passar por”) é a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cis, conseguindo apagar ao máximo marcas do sexo imposto ao seu nascimento e colocarem em si características sociais do sexo com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos. Essa é uma ação que aponta para produção social do gênero quando tais sujeitos trabalham sua imagem, sua gestualidade, as inflexões de fala, modos de agir e se apresentar, enfim, uma série de marcadores que imputam a um corpo marcadores de gênero.

Esta escrita preliminar é, ainda, parte dos enredamentos da tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Ela se constitui no contexto em que o ciberespaço tem trazido a possibilidade de experiências diversas, como a de contar histórias, de se auto-narrar, de os sujeitos poderem lidar com jogos e encenações a partir da multiplicidade das identidades humanas em espaços mediatizados, inclusive em se tratando de experimentações corporais e performatividades de gênero e sexualidade. Justifica-se este trabalho, ainda, pela importância de se fazer intercruzamentos das questões acerca da constituição da subjetividade e suas implicações com os dispositivos comunicacionais das tecnologias de informação e comunicação no mundo contemporâneo. Trata-se de aproximar os conceitos adotados às vivências, se dedicando tanto a questões da cultura, passando pela relação entre os atores humanos e não-humanos, quanto à subjetividade dos sujeitos. Assim buscamos ampliar elementos propositivos que levam às formulações teóricas, ao ouvir e visibilizar sujeitos anônimos.

² Refere-se às pessoas também chamadas cis, que se identificam com a designação de sexo dadas após seu nascimento.

³ Conforme relatório da Rede Trans Brasil (NOGUEIRA, ARAUJO, CABRAL, 2016), só no ano passado, 144 trans foram mortas por transfobia no país, sendo esses números especialmente alarmantes por serem, devido especificidades do tipo de crime, subnotificados.

Tomando essa realidade como premissa, a questão que trazemos é: de que modo podemos pensar políticas de visibilidades que levem em conta os aspectos inerentes às vivências e as distintas experiências trans? Quais as implicações das tecnologias digitais no conceito de passabilidade a partir da vivência de algumas pessoas trans? O propósito dessa pesquisa é o de estabelecer a relação das tecnologias de comunicação digitais em rede e seus usos com sujeitos em processo de transexualização, estabelecendo os modos como as ferramentas de mídias *on-line* e suas práticas na construção de relatos sobre si apontam para uma narrativa de diálogo com modelos de sociabilização, de entendimentos sobre sujeitos, gênero e sexo. Assim, estabelecendo a historicidade dessas tecnologias e compreendendo suas implicações sociais.

Este é um trabalho de conversas compartilhadas (HARAWAY, 1995) e se constitui, primeiramente, pela discussão de conceitos teóricos acerca da exposição de si nas redes, negociações e copropriedade dos limites da interação, o manejo dos dados e os rastros digitais; e, posteriormente, pela articulação desses conceitos com aspectos das experiências vividas de uma mulher trans (MtF) adquiridas por meio de entrevista. Procurou-se nessa entrevista compreender hábitos de consumo de informação online de pessoas trans, como contribuem com a transição, quais tipos de informação são trocadas e relações estabelecidas. Em seguida perguntou-se sobre a percepção da *passabilidade* e como tiveram que manejar seus dados online e o impacto disso em suas relações e em seu processo de transição.

Exposição de si e compartilhamento de saberes trans em ambientes digitais

Lucas (Raquel) Platero (2014) afirma que as tecnologias de comunicação digital estão tornando a informação cada vez mais acessível para cidadania, em processos que estão transformando as relações. O autor destaca que para pessoas trans e seus familiares essas tecnologias também lhes possibilitam encontrar espaços para compartilharem suas vivências e debaterem importantes questões como autorrepresentação e pensarem-se a si mesmos muitas vezes em processos de autoimplicação ou de exposição de aspectos de si. Platero aponta como exemplo vídeos produzidos e divulgados por jovens contando os efeitos do uso de hormônios sobre seus corpos e de suas relações com familiares e amigos. Há também produções de pessoas trans adultas em uma multiplicidade de blogs, sites e fóruns aconselhando sobre o cotidiano, dialogando, e trocando informações e experiências.

A exposição de si pode ser definida como um processo de comunicação em que um sujeito compartilha informações pessoais com o outro ou com outros. Esse processo é essencial para a

formação e manutenção de relacionamento, uma vez que o aumento das divulgações entre parceiros relacionais leva ao aumento da proximidade e a criação de laços (VITAK; KIM, 2014).

Com o aumento e a crescente popularidade das mídias sociais, as práticas de divulgação mudaram de maneira importante, principalmente pelo fato de que os usuários desses sites, geralmente, fazem essas divulgações de aspectos de sua vida para um público mais amplo, em vez de em pequenos grupos ou relacionamentos interpessoais.

Além disso, esses sites contêm uma série de características, tais como visibilidade, capacidade de edição e persistência de conteúdo e associação de conexões, que formam interações e comportamentos de divulgação específicos. Tais conteúdos publicados possuem persistência na rede, replicabilidade, escalabilidade e buscabilidade, bem como uma dinâmica com audiência invisível, contextos colapsados e a fluidez entre o público e o privado. Esses fatores têm implicações significativas para teorias de comunicação relacionadas à exposição de si e manutenção de relacionamento (VITAK; KIM, 2014).

Anastacia, a mulher trans que conversamos, destaca a importância de trocas de informações em comunidades virtuais (em detrimento a outros sites e blogs) com a exposição e publicização de parte de aspectos do vivido por sujeitos trans para se informar sobre hormonização, resultados esperados e efeitos colaterais. Ela afirma que ainda adolescente retirava as informações do site Orkut: *“todas as informações de dosagens iniciais, resultados esperados, fotos, relatos, eram retirados dali”*. Posteriormente, já adulta, quando decidiu pela transição procurou a mesma comunidade pelo Facebook: *“De lá tirei tudo que pude de informação sobre o assunto, remédios, toda a questão social, de preconceito, o conceito de “passabilidade” e o porquê de buscá-lo, tudo”*.

A vivência de Anastacia aponta para uma produção de saberes no ambiente digital que acontece com o compartilhamento e a soma das experiências dos sujeitos envolvidos e interessados na produção de um arcabouço de informação em circuitos alternativos aos tradicionais saberes psi e médicos que são constituídos em enredamentos on-line. *“A comunidade ‘Hormônios para Transexuais’ realmente era onde eu via o que outras meninas estavam usando e o que estava acontecendo com o corpo delas ao usar cada substância ou mistura de substâncias”*.

Nesse sentido, os processos de exposição de si que documentam os efeitos dos hormônios e outras intervenções no corpo eram, para Anastacia, fundamentais para a troca de informação e revelavam evidências do que a experiência do corpo vivido e que se autoexperimenta produz. *“Na própria comunidade todas sempre postavam fotos de resultados, se informavam e passavam entre*

si o que era “bom” e o que não era bom para o resultado desejado. Meninas, moças e senhoras de todas as idades”.

Como um processo de regulação de fronteira pelo qual uma pessoa gerencia o acesso dos outros às informações pessoais, os sujeitos controlam até certo limite a informação manipulando a profundidade, quantidade de dados e frequência das exposições de si (DERLEGA; CHAIKIN, 1977, PETRONIO, 2002). A partir disso, os sujeitos podem renunciar livremente privacidade quando eles têm um objetivo específico associado à sua exposição de si, tais como aumentar o nível de intimidade com seus pares para construir relacionamentos, criar uma impressão desejada, conseguir aprovação social e receber apoio e afetos dos outros, compartilhar experiências para produção de saberes de interesse mútuo ajudando os indivíduos a construir suas próprias subjetividades e formular ideias e, por fim, aliviar o sofrimento através do processo de catarse, em que os indivíduos são capazes de liberar emoções compartilhando experiências ruins e medos (VITAK; KIM, 2014).

Nessas interações mediadas pelas mídias sociais narradas por Anastacia, o registro detalhado desse repertório passa a ser o modelo, com cópias nas memórias digitais dos aparelhos, das plataformas e não apenas na memória dos participantes. Como todo processo de exposição de si, há nas relações de trocas nas comunidades virtuais negociações de limites que garantem uma suposta proteção a intimidade de seus membros internos (inclusive negando o acesso a sujeitos não-trans) e, por isso mesmo, uma copropriedade dessas informações. Nessas comunidades digitais há a criação da ideia de espaços seguros em que tecnicamente é possível haver algum controle da audiência para a qual se expõe, ainda que haja riscos de vazamentos.

Passabilidade, desindexação e manejo de dados

Mas se por um lado os ambientes digitais permitem o fortalecimento de redes de saberes trans online, por outro eles também são riscos devido a vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos e do fato dos dados digitais que geram dar a eles pouca possibilidade de manejo uma vez que existe uma copropriedade de tais dados com os outros usuários da rede e da própria plataforma que dá suporte às redes sociais (como o Facebook, neste caso). Isso é especialmente problemático no que se entende enquanto processo de passabilidade, pois justamente esses rastros são evidências muitas vezes desconfortáveis do passado desses sujeitos nos momentos em que viviam com o sexo nos

quais foram designados compulsoriamente ao nascer e que não contemplam seu gênero e sexo de identificação.

Os processos de passabilidade apontam para a prática performática do gênero e expõem entendimentos do que é tido como norma em ser homem ou ser mulher nas sociedades, nos próprios atributos que são recorridos para se alcançar tal condição, para Tiago Duque,

a experiência de *passar por* ocorre quando se performatiza uma suposta continuidade entre sexo, gênero e desejo; isto é, quando a heterossexualidade este em sua plena performance de inteligibilidade. Então a questão do *passar por* traz à tona o quanto, não só o gênero, mas a própria heterossexualidade é performática (DUQUE, 2017, p. 39).

Hoje existem os discursos fortemente defendidos dos movimentos trans que pleiteiam outros modos de se (re)(a)presentar. Sandy Stone (2015) questiona a ideia de que as pessoas transexuais devem desaparecer como tais para passar despercebidas como mulheres e homens cis. Para a autora é impossível lançar um contradiscurso que fosse capaz de dizer verdades aos poderes médico-legais os prejuízos sociais que tanto limitam a vida dos sujeitos trans, se esses sujeitos estão programados a desaparecer. Para Stone, ao invés disso, as pessoas trans deveriam sair e intervir criticamente na construção do que significa transexualidade. Como Leslie Feinberg, Stone entende que a luta trans – e assim também incluímos os estudos trans – é resignificar o gênero e mostrar que ele possui um espectro que inclui muitos tipos de minorias de gênero e que todas elas necessitam unir-se para combater os discursos e práticas do heteropatriarcado capitalista (STRYKE, 2015).

Entretanto num contexto de violência e estigmatização transfóbica como em muitos locais do Brasil passar por pessoa cissexual apresenta-se como estratégia de sobrevivência para sujeitos trans. Se, como conceitua Marta Lamas (2014), gênero é a maneira pela qual as sociedades simbolizam a diferença anatômica dos corpos, nessa lógica cultural atua como força subjacente da desigualdade de tratamento entre homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, transexuais e pessoas intersexuais, muitas vezes se traduzindo socialmente em discriminação e violência por conta da diferença em torno da sexuação, identidade sexual e práticas sexuais. A transexualidade – bem como a intersexualidade e a homossexualidade – para Lamas introduz uma dissonância entre o corpo, a identidade pessoal e o mandato cultural de gênero.

A simbolização da diferença anatômica “instituem códigos e prescrições culturais particulares para mulheres e homens” (p. 158), cis e trans, uma vez que a partir do dado biológico que as sociedade organizam a vida social com ideias de que há sentimentos, capacidade e condutas que correspondem aos sujeitos a partir de seus gêneros (LAMAS, 2014). Em outras palavras gênero diz sobre atribuições, permissões e interdições dadas e reforçadas a determinados sujeitos a partir da cultura de uma sociedade. O gênero é uma construção histórica, geopolítica e uma expressão

cultural. É por meio de uma lógica cultural do gênero que por meio de um conjunto de práticas, ideias, discursos e representações sociais que se atribui a sujeitos que possuem características consideradas masculinas ou femininas que influenciariam, (re)afirmariam e condicionariam sua conduta – objetiva e subjetiva – ao construir pautas de expectativas e crenças (LAMAS, 2014).

Ainda que a sociedade imponha acordos e práticas psicossociais coercitivas, enquanto ente/artefato simultaneamente físico e simbólico, o corpo experimenta “no sentido fenomenológico distintas sensações, prazeres, dores e pulsões” (p. 159). É neste sentido que Lamas aponta para os efeitos da presença de corpos que são ambíguos e os quais não são facilmente distinguíveis no binômio homem/mulher, provocando inquietude, rechaço e/ou malestar. Para ela além de ser construído socialmente e historicamente, o corpo possui uma psique cujos processos inconscientes não controla e assim a feminilidade e a masculinidade psíquicas muitas vezes transgridem os delineamentos culturais da socialização.

A ordem simbólica do gênero está tão profundamente arraigada nos moldes como a sociedade está constituída que não necessita justificativa, pois aparece como algo autoevidente a ponto de ser tomado como “natural” por conta de certas estruturas sociais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão sexual do trabalho por um lado, e as estruturas cognitivas inscritas nos corpos e mentes por outro. É assim que as culturas consagram suas ordens simbólicas naturalizando-as impedindo a possibilidade de pensar sobre as relações de dominação de gênero, uma vez que se incorporam como esquemas inconscientes de percepção e apreciação as estruturas históricas de tais relações (LAMAS, 2014).

Ao compartilhar certos significados as culturas de todas as sociedades com suas linguagens e materializações da cultura inculcam desde muito cedo a diferenciação sexual entre os sujeitos mediante mandatos e acordos tácitos os comportamentos e atitudes da masculinidade aos machos humanos e da feminilidade às fêmeas humanas. O corpo sexuado é como um dispositivo que articula o social e o psíquico nos seus jogos de “sexualidade e identidade, pulsão e cultura, carne e inconsciente” (p. 162).

Como seres bio-psico-sociais, os humanos introduzem identidades atípicas na ordem do normativo, no pensamento hegenônico em sua estrutura de coerção e de consentimento, justamente no que tange a transexualidade, a intersexualidade e a homossexualidade. “O rechaço e a discriminação das identidades marginais ou não hegemônicas remetem a *habitus* seculares, produzidos por instituições de caráter patriarcal, que atropelam as disposições e o psiquismo e nutrem os estereótipos de gênero vigentes” (LAMAS, 2014, p. 163, tradução nossa).

São esses dispositivos que são bases discursivas que regulam disposições afetivas e éticas que geram ações de violência que são enquadradas seletiva e diferencialmente por questões de sexualidade e gênero que consideram as vidas trans não como vidas, ou como vidas que não são passíveis de luto (BUTLER, 2015). É neste sentido que numa perspectiva de entendimento de vivência de determinados sujeitos trans que se encara a passabilidade e uma certa adequação às expectativas do gênero ao qual se identificam como estratégia para lidar com um contexto de violência.

Para Anastacia, a passabilidade tem questões positivas e negativas que apontam para o paradoxo aqui apontado. *“A passabilidade sempre teve comigo uma relação de amor e ódio. Um lado de mim não tem a menor intenção de colocar isso como ponto importante na minha vida, porém, após me casar e, conviver com a família do meu marido, tive de me esforçar ao máximo para que a mesma não descobrisse minha realidade, por questão de sobrevivência”.*

Enquanto processo de passabilidade em ambientes digitais estratégias de desindexação de conteúdos que se referem à condição do sujeito trans antes dos processos de transição são uma alternativa possível de contribuição nesse processo. Como estratégia de desindexação, Anastacia mudou seu nome e sobrenome em perfis online, *“para que ao pesquisarem no Google o meu sobrenome de batismo, mesmo relacionado ao meu nome social, não encontrassem nada relacionado ao meu passado. E-mails foram refeitos, contas no banco canceladas, sites desativados, fotos de infância/pré-transição queimadas e deletadas de qualquer mídia que encontrei na casa da minha família, e tudo que até hoje tem estado ao meu alcance faço para impedir que descubram meu passado. Infelizmente, o processo de mudança do nome de registro ainda tramita no fórum. O ganho é muito óbvio: uma vida normal, como sempre quis, uma mulher comum, com um passado comum, de aparência comum. Porém perdi no processo anos de conteúdo gerado na internet, artigos científicos publicados, amizades e boas memórias”.*

As ações de Anastacia dizem sobre algumas das possibilidades do gerenciamento de impressões e manejo dos próprios dados na rede. Em geral, os benefícios da exposição de si nas redes sociais são o fato de permitir que os usuários se envolvam na distribuição de conteúdo, compartilhamento e consumo em um custo e em menos tempo do que seria de outra forma possível sem tecnologia. A exposição de si nas redes sociais aumenta a visibilidade das divulgações e diminuem os esforços para localizar informações, como no caso citado das comunidades formadas nessas redes. Essas exposições são arquivadas e permanecem pesquisáveis muito depois de serem postadas. Nelas ainda os usuários podem elaborar as divulgações, elaborando e editando mensagens antes e depois de

publicá-las e a informação divulgada está associada tanto à divulgador quanto a pessoa a que se dirige (VITAK; KIM, 2014).

A fronteira borrada entre público e privado e o fato dos usuários deixarem de reconhecer a audiência total de seus dados são preocupações com privacidade que podem servir de obstáculo ao envolvimento de exposição de si por sujeitos trans. Como estratégias individuais, podemos citar o que o Facebook oferece de configuração de privacidade para ajudar os usuários a se envolverem na regulação de limites sobre suas publicações, podendo, por exemplo, limitar o acesso a cada conteúdo que eles compartilham no site configurando-o para ser visível para um conjunto de amigos ou, inversamente, para que esteja escondido de um subconjunto de sua rede de amigo s(VITAK; KIM, 2014). É um tipo de estratégia preventiva que reproduz alguns dos limites dos ambientes off-line, algumas informações sobre si e sobre o corpo dos sujeitos trans só é interessante para eles serem compartilhadas com certa audiência e não com outras que eventualmente convivem naquela rede.

Outra estratégia preventiva é a autocensura que envolve o controle do conteúdo da informação divulgada. Assim como Anastacia fez com parte de seu conteúdo, é a possibilidade de editar e de excluir dados sobre si. Há ainda a possibilidade de gerenciamento de conteúdo que envolve uma forma de escrita muito própria que esconde o verdadeiro significado de uma mensagem de conteúdo que apenas parte da rede entende. Por fim, existe o controle de acesso no nível da conta, no sentido de bloquear alguns usuários indesejados, impedindo tecnicamente que tenham acesso a suas contas (VITAK; KIM, 2014).

A privacidade em rede invoca a constelação de dinâmicas de audiência, normas sociais e funcionalidade técnica que afeta os processos de divulgação, ocultação, dissimulação e interpretação de informações em um público em rede. Se entendemos a privacidade como a gestão de fronteiras entre os sujeitos, àquilo que permitimos que o outro saiba ou não enquanto uma negociação sempre em processo, temos que dar conta também que a copropriedade desses dados on-line não permite que apenas estratégias individuais deem conta de um manejo dessas informações, especialmente no que tange a questão da passabilidade. A passabilidade em rede como seus aspecto inerente com a privacidade individual não pode ser alcançada simplesmente fornecendo ou negando informações, pois ela requer um controle significativo sobre os contextos em rede nos quais a informação flui.

Alcançar a passabilidade on-line exige que as pessoas tenham uma compreensão e influencia na definição do contexto em que a informação está sendo interpretada. Isso pode ser feito pela co-

construção da arquitetura dos sistemas, ou pode ser feito incorporando significado e contexto no próprio conteúdo. Em última análise, as tentativas de navegar a privacidade através das mídias sociais revelam a subjacente dinâmica interacional das práticas de privacidade, demonstrando que o modelo individualista de privacidade não mapeia com precisão o ambiente digital em que socializamos. As pessoas vivem em contextos sociais, seus atos públicos em rede se implicam mutuamente. Reconhecer que a privacidade está em rede sugere que ela pode ser melhorada através de normas sociais compartilhadas sobre o compartilhamento de informações (MARWICK; BOYD, 2014).

Conclusões

Conclui-se, assim, que as plataformas digitais criam lugares seguros que são propícios a trocas de experiências vividas pelos corpos trans e enredamentos que permitem a criação de saberes. No entanto, mesmo que tecnicamente exista a possibilidade de desindexação de certos conteúdos, parte deles, por estarem em caráter de copropriedade, são um empecilho para alguns sujeitos que gostariam de se livrar de parte do conteúdo on-line sobre suas vidas pré-transição. Performances de *passabilidade* enquanto processo de dissimulação da condição trans do sujeito em certos contextos sociais se configuram como estratégias de sobrevivência ao rechaço e à discriminação em sociedades transfóbicas. Ao mesmo tempo tal processo aponta para a característica performática do gênero, inclusive, tanto quanto outras possibilidades de configuração de gênero, da própria heterossexualidade que é reiterada socialmente e expõe seu caráter de construção social. As relações que acontecem em ambientes digitais apresentam pouca possibilidade de controle de audiência e de se desindexar dados dos resultados de provedores de busca e de redes sociais online. Assim as potências trazidas por essas tecnologias induzem a uma relação ética entre os coproprietários da informação em processos de cogestão dos limites da privacidade de cada sujeito.

Referências

- BUTLER, J.. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DERLEGA, V. J.; CHAIKIN, A. L. Privacy and Self-Disclosure in Social Relationships. *Journal of Social Issues*, 33(3), 102–115. 1977.
- DUQUE, T. *Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher.* Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, p.7-41.

LAMAS, M. *Cuerpo, Sexo y Política*. México DF: Ed. Océano, 2014.

MARWICK, A. E.; BOYD, D.. Networked privacy: How teenagers negotiate context in social media. *New Media & Society*, 2014.

PETRONIO, S. S. *Boundaries of privacy: dialectics of disclosure*. Albany: State University of New York Press, 2002.

PLATERO, R. (Lucas). *Trans*sexualidades: acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2014.

STONE, S. El imperio contraataca. Um manifesto postransexual. In: GOLOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.

STRYKER, S. Prólogo. In: GOLOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.

VITAK, J.; KIM, J.. “You Can’T Block People Offline”: Examining How Facebook’s Affordances Shape the Disclosure Process. *Proceedings of the 17th ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work & Social Computing*. Nova York: ACM, 2014.